

A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO PELO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Antonio Sales¹
Sonner Arfux de Figueiredo²
Mauro Eduardo de Souza³
Maurício Soares dos Reis⁴

RESUMO: O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa desenvolvida com professores de Matemática em duas cidades do Vale do Ivinhema-M.S. Tendo por objetivo analisar como se processa a escolha do livro didático, adotou-se como referencial de análise o trabalho produzido por Maurice Tardif sobre as finalidades e importância do trabalho do professor. Os dados apontam claramente para a necessidade de um investimento na preparação do professor para essa tarefa por meio de cursos de formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático; O Trabalho do Professor; Escolha do Livro Didático.

ABSTRACT: The present work is resulted partial of a research developed with professors of Mathematics in two cities of the Vale do Ivinhema, M.S. Having, for objective to analyze as if it processes the choice of the didactic book adopted as referential of analysis the work produced for Maurice Tardif on the purposes and importance of the work of the professor. The data point clearly with respect to the necessity to invest in the preparation of the professor for this task through courses of continued formation.

KEYWORDS: Didactic Book; The Work of the Professor; Choice of the Didactic Book.

1. Considerações iniciais

O trabalho do professor envolve múltiplos fatores e instrumentos. O resultado do seu trabalho está condicionado a fatores sociais e individuais aos relacionamentos com pessoas que administram a sua vida profissional, com pessoas que o buscam em procura do saber e com objetos de trabalho que são utilizados para facilitar a compreensão do assunto abordado. Nenhum fator está desvinculado do outro e todo recorte para análise, por mais necessário que seja, é uma redução de um fazer tão amplo a uma única dimensão.

¹ Professor Mestre da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Doutorando pelo PPGEDU/UFMS. E-mail: a.sales@terra.com.br

² Professor Mestre da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: sarfux@uems.br

³ Acadêmico de Matemática da UEMS. E-mail: mauroedu@bol.com.br

⁴ Acadêmico de Matemática e Bolsista da UEMS. E-mail: maurissinho@gmail.com

Nesse sentido, e considerando que um dos instrumentos de trabalho do professor e que se faz presente em todas as escolas de todos os níveis é o livro didático, supomos que a tarefa de proceder a escolha do livro didático se reveste de importância. Supomos também que o presente trabalho contribui para que entendamos como o professor de matemática se posiciona diante dessa incumbência.

Com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) já não há mais dificuldades de acesso a esse material e nem motivos para alegações de que o livro possui péssima qualidade. O contexto atual, em que somente 16 coleções foram aprovadas pelos avaliadores e constam no Guia de Livros Didáticos, indica que estamos caminhando para o que André Chervel (*apud* ALVAREZ, 2006) classificou de *vulgata*, termo que deve ser entendido com o significado de universal, compreensível, padronizado, significando com isso que determinados cuidados, anteriormente necessários, podem ser dispensados, enquanto outros se tornaram imprescindíveis diante das novas perspectivas educacionais.

A possibilidade de encontrar erros conceituais e problemas éticos, tais como insinuações ao preconceito, está praticamente ausente. Por outro lado, há ainda uma variada gama de propostas metodológicas, conforme revela o próprio Guia de Livros Didáticos (BRASIL, 2007). É com relação a esse aspecto que o professor deve se posicionar no momento da escolha.

A intenção de investigar o relacionamento do professor com o livro didático surge de questões vivenciadas ao longo da carreira profissional, com vários anos atuando como ministrante de cursos e palestras, coordenador pedagógico, orientando a escolha de livros didáticos, bem como professor universitário, atuando em cursos de formação de professor e orientando estágios supervisionados.

O presente artigo focaliza especialmente o processo de escolha do livro didático.

A preocupação com o processo de escolha do livro didático de matemática se justifica tendo em vista a formação dos pesquisadores e a linha de pesquisa que atuam. A experiência pessoal insinuava que o professor de matemática tem dificuldade para dialogar com os pares sobre os instrumentos de trabalho que utilizam e estabelecer critérios para procedimentos não matemáticos.

A formação desse profissional, de forma geral, dá-se em cursos de licenciatura com ênfase em bacharelado. Os professores que atuam nesses cursos privilegiam os conteúdos da ciência mãe e têm pós-graduação em programas de matemática pura ou aplicada, em que às questões pedagógicas não entram em pauta.

Dessa forma, os licenciados em matemática, talvez mais do que os outros licenciados, são produtos de uma formação pedagógica precária. Sua formação é marcada pela predominância de um processo de inculcamento de certas práticas discursivas unidimensionais e cuja ênfase de trabalho é a aprendizagem de conceitos matemáticos e a resolução de exercícios. Qualquer ação que fuja a esses parâmetros tende a tomar esse professor de surpresa e causar estranhamento.

2. Aspectos teóricos da pesquisa

Um aspecto importante do trabalho docente está relacionado com as suas finalidades (TARDIF, 2005), que são múltiplas e se manifestam sob diversas formas. Tardif enumera essas formas em que as finalidades se manifestam como sendo: os motivos, os objetos, projetos, planos, programas, etc.

Os fins da educação sempre se manifestam. Alguns, de modo declarado e formal. Esses fins podem ser colocados em evidência em determinadas circunstâncias ou nascerem a partir dessas mesmas circunstâncias. Não são fins definitivos. Estão em constante mudança, tendo como fatores o tempo, a ação, os recursos disponíveis, os interesses da sociedade ou até mesmo da academia. São também fatores de transformação dessas finalidades a experiência do professor, por exemplo, que, ao ganhar novas dimensões, imprime um novo objetivo no seu fazer, a mudança na direção da escola, nas equipes da Secretaria de Educação e assim por diante.

Essas finalidades constituem as partes essenciais do trabalho porque elas estruturam “a atividade humana em geral e a atividade laboral em particular” (TARDIF, 2005, p. 195).

As ações que revelam os fins são concebidas, segundo Tardif, como ações: “finalizadas, temporais, instrumentais e teleológicas” (grifos do autor).

Numa perspectiva social se diz que são essas finalidades que levam o homem a elaborar “uma representação mental do seu trabalho antes de realizá-lo e a fim de realizá-los” (TARDIF, 2005). Nisso estão as diferenças entre as realizações humanas e as realizações de outros animais, ainda que o trabalho desses animais possua uma certa dimensão de “engenhosidade”, como é o caso da formiga e da abelha. Nesse aspecto, não há discordância com outros referenciais teóricos.

As finalidades do trabalho docente são, portanto, elementos norteadores dos planejamentos, das ações didáticas, das organizações do conteúdo, das escolhas de material e das opções pedagógicas.

Enfim, de modo geral, a prática docente reflete a consciência dessas finalidades, consciência essa no sentido que lhe atribuiu Husserl (2000), que reflete a condição de quem percebe.

Desse ponto de vista, as ações são norteadas pelas intenções que refletem a consciência das finalidades. Nas palavras de Husserl: “Todo pensar, e, sobretudo todo pensar e conhecer teóricos perfaz-se em certo ‘atos’ que surgem em conexão com a fala em que se exprimem” (HUSSERL, 2000, p. 25).

O professor, portanto, definirá o livro didático em conformidade com a consciência que tiver da finalidade do seu trabalho enquanto sujeito da educação formal que existe na sociedade que integra. Isso porque o ensino, no contexto escolar, tem seus fins e objetivos de socialização e instrução a partir de certos “instrumentos”, que são manuais, orientações pedagógicas, programas, diretivas do Ministério de Educação. São esses “instrumentos” que especificam “a natureza dos fins e oferecem um princípio e meios para atingi-los” (TARDIF, 2005).

A prática docente é uma atividade orientada por e para objetivos. Ela se estrutura para perseguir objetivos que são definidos no âmbito das instituições onde o programa é concebido e parte desse programa está codificada no livro didático.

Dessa forma, estudar as relações que o professor estabelece com o livro didático é buscar compreender não somente quais as relações que o professor estabelece com esse instrumento de trabalho docente, mas também compreender quais os fins da educação que ele concebe, qual a sua adesão aos programas da Secretaria da Educação Básica do MEC, qual a sua disposição em tentar algum processo de inovação na sua prática docente, “como consegue no seu dia-a-dia, conciliar as obrigações e as contingências de seu próprio trabalho com as exigências do ministério, os inúmeros, variados e complexos objetivos do programa” (TARDIF, 2000), o quanto conhecem dos fins do ensino da matemática, conforme preconizados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e, de alguma forma, referendados pelos avaliadores do Livro Didático, conforme Guia de Livros Didáticos do PNLD.

3. As finalidades do livro didático

Circe Bittencourt, em um importante trabalho sobre a história do livro didático, analisa o papel do autor do livro didático e, por consequência, a importância dessa instituição (o livro) na educação brasileira. Ela afirma que:

Um ponto inicial para um estudo dessa natureza é conhecer suas produções, buscando entender a concepção que possuíam sobre o papel do livro didático na educação escolar. Os livros escolares foram considera-

dos, pelos autores, como instrumento de trabalho do professor ou seu substituto? Qual seria a concepção de uso do livro didático em uma época onde praticamente inexistiam instituições de formação de professores, tanto para o ensino das primeiras letras quanto para o nível secundário? (BITTENCOURT, 2004, p.5).

O livro didático é um instrumento de trabalho do professor ou é uma ferramenta para o aluno? Ao assumir o papel de avaliar o livro didático e distribuí-lo, quais os interesses que norteiam essa ação do governo?

Segundo a mesma autora, nos primórdios do século XIX, o governo idealizou os autores de obras didáticas como sábios e empenhados no cumprimento de uma tarefa patriótica.

Célia Cassiano, em sua tese de doutorado, analisa também a questão do investimento e dos objetivos da implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Com relação ao mercado de livros didáticos, Cassiano (2007) afirma que o governo é o maior comprador de livros do país e talvez do mundo, dadas às proporções da população beneficiada. Esse fato implica em vultosa soma de dinheiro investido, com a intenção de proporcionar atendimento escolar de qualidade ao maior número possível de alunos.

Educação de qualidade é um termo que requer esclarecimentos. O seu sentido pode variar de uma dada época para outra ou de um contexto para outro. No entanto, pode-se supor que qualidade em educação significa adequação ao contexto sociocultural que se quer forjar ou manter.

Já em 1854, no contexto do Império, o Decreto nº 1325 de 10 de fevereiro daquele ano, em seu artigo 7º e parágrafo primeiro estabelecem que os Delegados de distrito, embora não pudessem exercer o “magistério público ou particular, primário ou secundário”, tinham a responsabilidade de visitar trimestralmente os:

estabelecimentos particulares desse genero [escolas] que tenham sido autorizados, observando se neles são guardados os preceitos da moral e as regras higienicas; se o ensino dado não he contrario á Constituição, á moral e ás Leis; e se cumprem as disposições deste Regulamento(sic).

Estava explicito na lei o significado de qualidade de ensino para a época: conformidade com a moral e as leis. Hoje supomos que ensino de qualidade é aquele que está em conformidade com os documentos oficiais que norteiam a política de ensino (LDB, PCN, Diretrizes Curriculares,

etc.). É nessa perspectiva também que o autor do livro didático cumpria sua tarefa patriótica.

O investimento do governo em livros didáticos pode ser avaliado pela quantidade de livros distribuídos em 2007, que foi 120.688.704 livros para os 42.565.864 alunos do ensino fundamental e médio, num total de 900 milhões de reais. É o mercado de livros mais rentável do Brasil (dados do PNLD).

Cassiano (2007) pondera, então, que diante dessa garantia de mercado, as editoras espanholas, que até então estavam presentes na maioria dos demais países da América Latina, são atraídas para o Brasil. Até 2000, o mercado de livros didáticos no Brasil estava nas mãos de grupos familiares. Agora, com a passagem para as mãos de grandes oligopólios, devemos dar maior atenção do processo e valorizar melhor o dinheiro que é gasto nesse produto editorial. A importância dessa questão, de conhecer a trajetória desse aspecto da política educacional brasileira reside no fato de que os livros didáticos “estabelecem em grande parte as condições materiais para o ensino e aprendizagem nas salas de aulas na maioria dos países do mundo”. Ele é o mediador entre o currículo proposto e o currículo real, aquele que se desenvolve na prática. É através dele que o conhecimento específico de cada componente curricular chega na sala de aula e se materializa. É uma das forças socioculturais.

O livro didático, portanto, tem relação direta com a constituição do currículo da mesma forma que cumpre uma proposta de redemocratização do País. O currículo é uma práxis configurada por muitos tipos de ações e a sua construção não se dá a partir de condições separadas. Esse é um fato que requer atenção aos elementos que o compõem.

A instituição do PNLD evidencia a preocupação com a redemocratização e com o enfrentamento de diversos problemas relacionados com a educação. Após a ditadura militar, um decreto governamental (nº 91.542 de 19 de agosto de 1985) instituiu o Programa Nacional do Livro Didático, com o objetivo de promover a valorização do magistério “mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático”, atender aos “propósitos da universalização e melhoria do ensino de 1º grau”.

Os principais problemas a serem enfrentados são também discriminados no documento como sendo: “a falta de uma consciência nacional sobre a importância da política social da educação”; “baixa produtividade do ensino”; “aviltamento da carreira do magistério” e “inexistência e um adequado fluxo de recursos financeiros para a educação básica”. É com base nos itens segundo e no item quarto que se constituiu a política pública do livro didático.

O PNLD tinha ainda por objetivos evitar a evasão e a repetência devido à “impropriedade dos currículos, que conflitam com a realidade dos alunos, na medida em que os conteúdos curriculares, freqüentemente, são tratados com superficialidade, repetições desnecessárias e marcante presença de temas acessórios”.

Dessa forma, o livro didático é também um elemento aglutinador do currículo nacional. Nesse caso, a escolha deve se dar levando em conta os Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram produzidos para orientar a produção de livros didáticos, nortear as organizações didáticas.

A história do livro didático está intimamente ligada à história da educação brasileira, ou, melhor dizendo, às concepções de educação e a praxeologia do professor. A concepção que o professor tem de educação e a sua concepção de matemática, no caso específico desse trabalho, conduzem ao livro que, por sua vez, remete-nos a uma prática docente. Ao analisar o conteúdo, a seqüência de apresentação e a forma como os conteúdos são apresentados no livro tem-se uma visão do que ocorre em sala de aula e da proposta pedagógica do professor.

De um texto divulgado por Soares, em nome da ABRELIVROS, destaca-se que:

O livro didático surgiu como um complemento aos grandes livros clássicos. De uso restrito ao âmbito da escola, reproduzia valores da sociedade, divulgando as ciências e a filosofia e reforçando a aprendizagem centrada na memorização. E, por longos anos, ele cumpriu essa missão.

Hoje, o livro didático ampliou sua função precípua. Além de transferir os conhecimentos orais à linguagem escrita, tornou-se um instrumento pedagógico que possibilita o processo de intelectualização e contribui para a formação social e política do indivíduo. O livro instrui, informa, diverte, mas, acima de tudo, prepara para a liberdade (SOARES, 2008).

Embora não esteja definido, no texto, a que liberdade o autor se refere ou qual o conceito que tem de liberdade podemos supor que se trata da liberdade de pensamento, uma vez que este é gerado ou enriquecido a partir do conjunto e da qualidade das informações que recebemos. Numa proposta de democratização, o termo liberdade evoca também expressões relacionadas, tais como cidadania, direito ao conhecimento historicamente construído, participação na construção do seu próprio

conhecimento e informação isenta de equívocos conceituais, que o livro didático tem por objetivo contribuir para se tornem realidade.

Documentos oficiais não deixam dúvidas quanto ao objetivo dos programas do livro didático:

O governo federal executa três programas voltados ao livro didático: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adulto (PNLA). Seu objetivo é o de prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com **obras didáticas de qualidade** (grifo nosso) (BRASIL, 2008).

Diante do exposto, a expectativa é a de que o professor revele autonomia intelectual na escolha do livro didático que norteará a sua prática, que ele leve em consideração os pareceres dos avaliadores do PNLD e a proposta pedagógica do autor.

É com esse conjunto de informações que procedemos à análise das manifestações do professor.

4. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa constituiu-se de uma análise qualitativa a partir do discurso de cinco professores. Esses dados foram coletados por meio de entrevistas concedidas pelos professores de duas cidades, todos licenciados em Matemática, e quatro deles atuando no ensino fundamental e médio. Um dos entrevistados, também formado em Matemática, atua nos anos iniciais do ensino fundamental. No texto são identificados por P1, P2, P3, P4 e P5. Quatro dos entrevistados eram do sexo feminino e somente um era do sexo masculino.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e uma cópia foi enviada para a revisão pelas entrevistadas e pelo entrevistado. Alguns corrigiram apenas algumas expressões, enquanto outros anexaram outra redação, elaborada de modo a diminuir o efeito de algumas expressões e possíveis contradições ou impressões negativas. As correções foram respeitadas. Cada professor assinou um termo de consentimento livre e esclarecido.

A cada entrevistado foram apresentados quatro temas relacionados com o livro didático e cada tema estava composto de perguntas abertas. Os quatro temas apresentados foram: a) a expectativa do professor em relação ao livro; b) critérios de escolha; c) apresentação do livro ao aluno; d) objetivos PNLD.

5. Apresentação de Alguns Resultados

Focalizaremos, neste momento, as questões relacionadas com a escolha do livro didático. Primeiramente, a escolha em seu aspecto mais amplo, levando em conta o contexto, o relacionamento entre os pares, o contato com o livro e com o Guia de Livros Didáticos.

Em um segundo momento, serão analisados os critérios adotados para a escolha de uma determinada coleção.

Talvez seja redundante dizer que os dois aspectos analisados não são mutuamente exclusivos, mas convém esclarecer que esses resultados são apenas parciais. Alguns dados da pesquisa, por merecerem maior reflexão, uma análise mais amadurecida, ficaram para serem apresentados em um texto futuro, mais amplo e mais consistente.

Dos quatro temas apresentados ao professor, estamos analisando apenas o segundo deles, a saber: os critérios de escolha.

As perguntas propostas foram: Como foi feita a escolha do livro didático? Qual foi a sua participação? Quais os critérios que você e a maioria dos professores adotam para escolha do livro didático? Você se sente preparado(a) para realizar essa escolha?

A) Escolha do livro

Segundo os depoimentos colhidos, é feita a escolha de uma única coleção para todas as escolas de cada cidade. Há uma reunião geral para essa finalidade em uma das escolas e o processo de escolha se dá, como era de se esperar, num clima nem sempre de diálogo, sem análise prévia do material, em que documentos oficiais e sem que objetivos educacionais sejam levados em conta.

O professor P3 relata que foi feita

uma reunião na Escola [...] - nós e todos os professores do ensino fundamental. E aí a gente usou vários livros e decidiu por esse da [nome da coleção], porque a gente achou que era o que estava mais em conformidade com o objetivo da Matemática como pede a ... Como que se fala? Os parâmetros.

Continuando com a sua fala, ele diz que houve uma “discussão e se ouviu todo mundo” e completa: “na hora em que eu peguei o livro eu falei: gostei mais deste, porque achei que tudo o que a gente está ensinando para o aluno está aqui”.

A sua fala está em harmonia com a fala do professor P5, que relata a sua experiência com as seguintes palavras:

Bom, a escolha do livro nas escolas é [assim]: professores se reúnem, há várias amostras de livros para poder escolher e os professores acabam dando uma olhada nos livros, no índice do livro, para ver a seqüência de conteúdos. Dá uma folheada no livro vê se está de acordo com o projeto político pedagógico da escola e de acordo com a grade, com os conteúdos indicados e aí fazem a opção; se bem que dá muita discussão porque os professores têm opiniões diferentes e alguns acham por bem um livro didático que tenha um conteúdo mais programático, algo mais simplificado e com, [digamos] assim, bastante exercício. Outros professores já acham diferentes; então dá uma discussão grande.

O professor P1 explica como aconteceu a escolha do seguinte modo:

No dia da escolha do livro eu já vim com minha opinião formada. Um dos livros que me satisfaz (cita uma coleção), porém, um grupo de professores achou que o livro era difícil. Na opinião desses professores o livro tem que ter muita atividade para o aluno. Não concordo com essa idéia porque entendo que o excesso de atividade cria tensão no aluno e vai gerar indisciplina porque ele não vai querer fazer as atividades e ficará mais tempo desocupado. Começou então um debate. Tentei me explicar, mas um a um foi se posicionando contra e eu perdi. Minha escolha ficou como segunda opção.

Esse professor, embora em determinado momento da entrevista deixou evidente que ainda lamenta o fato de a coleção da sua preferência não ter sido a primeira opção, resignou e acatou a decisão da maioria. No entanto, sente que o trabalho não tem o rendimento que ele gostaria que tivesse. Ele firma que, no seu entender, “tem que haver inovação, mas que em última instância qualquer livro é bom porque é o professor que tem que dominar o conteúdo e saber o que fazer”.

“Qualquer livro é bom”, mas se fez opção por um deles e não há pleno contentamento com a coleção escolhida. Isso não é indicativo de contradição. A sua fala revela que é a consciência de que o livro é uma ferramenta e que se o professor que vai orientar o manuseio dessa ferramenta sabe onde quer chegar, quais as organizações didáticas que deve fazer, qualquer livro pode ser usado sem problemas. No entanto, há livros

que facilitam os seus trabalhos, que respondem melhor as suas questões. Esse é o melhor, para ele.

A escolha, conforme já visto, foi em conjunto, um livro para todas as escolas do município (são poucas escolas). Houve um “consenso”. Esse consenso, pelo que a professora informa, consiste na imposição de alguns. Imposição que, pelas indicações da fala, teve por base a “voz da experiência”. Ou seja, um professor, gozando de boa reputação como profissional competente, que já tenha experimentado vários livros, e, finalmente, decidido por um, agora o recomenda e os outros acatam sem questionamentos.

É importante observar que nenhum entrevistado mencionou pautar a sua opção por ter consultado o Guia de Livros Didáticos (BRASIL, 2007). A constatação confere com o que foi observado por Scaff (2008), quando afirma que a atenção que o professor dá ao material produzido pelo governo, em termos de avaliação do Livro Didático, não é das mais positivas. A pesquisa de Scaff concluiu que, até o ano 1998, “pouco mais da metade dos professores do país escolhiam seus livros pelo Guia”. Em 2007, a situação parece não estar melhor.

B) Critérios adotados na escolha do livro

Sobre os critérios adotados pelos professores para a escolha do livro, destacamos os seguintes itens:

a) Ausência de critérios claros

O professor P1 expressa de forma peculiar essa ausência de critérios bem definidos:

Critério que você e a maioria dos professores chegaram e só viraram assim o livro assim ó [exemplifica com gestos] e olharam. Esse tem bastante exercício vamos lá. Aí fizeram a votação. Isso é escolha de livro? [...] Eu acho que você tem que analisar, verificar se tem outro livro que traz aquilo, se condiz com a realidade do seu aluno.

Considerando que um dos objetivos do PNLD é promover a valorização do magistério “mediante efetiva participação do professor na indicação do livro didático”, fica evidente a necessidade de um investimento na preparação desse profissional para o desempenho dessa tarefa. Não tem sido suficiente um texto escrito, como é o caso do Guia de Livros Didáticos, por exemplo, que não é consultado.

b) Linguajar fácil e ausência de desafios

Essa é uma preocupação presente nos discursos dos entrevistados:

Foi essa que eu acabei de falar: um **linguajar mais fácil** assim para o aluno entender que eu acho que é o que está mais no dia-a-dia dele. Tem exercícios assim com mais **facilidade para eles entenderem**. [...] Principalmente os **alunos da rede pública não estão preparados para aquele livro que tem que pensar muito**; porque ele exige muito do pensamento e esse outro ele é assim tem tudo que o [outro livro] tem só que num **linguajar mais claro para o aluno** [...] (P3). (grifos acrescentados).

Para esse professor, o livro não deve ser desafiador. Um pensamento que, no nosso entender, contrapõe-se ao objetivo da escola, que, segundo Chervel (1990), é por o aluno em contato com os níveis mais complexos da evolução da sociedade. Para esse pesquisador, em algum momento da história, a família, a sociedade e a religião incumbiram a escola de cumprir essa tarefa de fazer os jovens acompanharem os processos evolutivos da sociedade.

O PNLD tem como um dos objetivos atacar a “baixa produtividade do ensino”, que, tradicionalmente, tem se pautado pela mera repetição, pela ausência de desafios. Dessa forma, verifica-se que a escola se coloca em posição devedora perante o que dela é esperado.

Entendemos que o “linguajar claro” seja uma referência à simplificação e à diretividade das atividades. Nesse caso, o processo de intelectualização de que fala Soares (2002) pode ficar comprometido. Esse comprometimento talvez não ocorra em virtude da linguagem ser fácil, acessível, mas pela ausência de desafios que ela sugere ao professor. Da mesma forma, a preparação para liberdade fica prejudicada quando não é exigido que o aluno pense.

c) Disposição e apresentação do conteúdo

Esse é um fator que está presente na fala da maioria dos entrevistados

A disposição do conteúdo, ele vai ter logo no índice uma idéia... Como para o aluno, principalmente das séries iniciais o ensino precisa ser um pouco lúdico, então se busca também a questão dos desenhos e das fotos, chamando a atenção do aluno para aquele conteúdo, a forma como são colocados os textos, as ques-

tões, a forma que o aluno deve raciocinar sobre aquilo. Então se faz um folheamento do livro para estar buscando essas informações (P5).

“Pelo título”, afirma outro professor. “A gente vai pelo índice do livro e dá uma olhada. Foi isso que a gente comparou. O que tinha de conteúdo dentro do livro” (P4).

Uma pesquisa conduzida por Moysés (*apud* SILVA, 1987) aponta que “o professor usa como um dos critérios básicos para a escolha do livro didático a possibilidade dele vir a ser um instrumento agradável e útil. Assim, por exemplo, um livro ilustrado e colorido pode pesar bastante na escolha, por parte do professor, pensando que tais características agradam ao aluno”. Supostamente esse é também um livro que facilita a aprendizagem, uma vez que se vive em uma época marcada pela presença constante de efeitos visuais.

Em nosso trabalho, constatamos que o pensamento que norteia o professor no momento da escolha não difere muito, exceto que a preocupação agora é também com a contextualização e com facilitação do trabalho, e não somente com o agrado do aluno, como se vê nas falas seguintes.

d) Baixo nível de complexidade nos exercícios

Principalmente os alunos da rede pública não estão preparados para aquele livro que tem que pensar muito porque ele exige muito do pensamento e esse outro tem tudo que o [outra coleção] tem só que num linguajar mais claro para o aluno. Foi como eu acabei de falar: um linguajar mais fácil assim para o aluno entender que eu acho que é o que está mais no dia-a-dia dele. Tem exercícios assim com mais facilidade para eles entenderem (P3).

É uma fala que revela e esconde, como afirma Certeau (2004). Revela concepções tradicionais fortemente arraigadas.

Está presente na fala desse professor a concepção de que o aluno deve estar pronto. Não é aquele aluno que pode aprender, mas o aluno que já devia saber. O conhecimento, nessa concepção, não se assemelha a uma rampa em que um cadeirante pode se deslizar continuamente, mas a uma escada em que cada degrau encerra uma etapa. O início da outra depende de haver concluído plenamente a etapa anterior.

Mas a fala também esconde. Esconde o medo de arriscar-se ao novo, de desafiar o aluno e a si mesmo. Esconde também a preocupação com a “prestação de contas”, com a justificativa das notas obtidas.

e) Contextualização

A preocupação da contextualização, embora em um sentido muito restrito, está presente. Uma contextualização restrita à articulação com o cotidiano imediato do aluno, com aplicações rudimentares ao contexto social vivenciado por ele.

Acaba-se “esquecendo aquela parte que nós sempre comentamos, não é [dirige-se à colega]? A parte primordial do livro é ele trazer o que o aluno poderá estar vendo aquilo na realidade, não é?” (P2).

Mas P2 continua dizendo que o livro que faz articulação com o cotidiano facilita o trabalho do professor porque responde uma pergunta feita pelo aluno e que ele, o professor, não sabe responder. Esse tipo de livro responde a pergunta “para que serve?”.

f) A seqüência de conteúdos

Aquele livro que escolheram eu não tinha visto anteriormente. Olhei na hora porque eu não tive acesso a ele antes. Era o que mais se adequava à **ementa curricular que tinha na escola**. [Por isso] foi escolhido esse livro; **por causa da ementa**. Olharam a forma dos exercícios e, como eram todos parecidos,... Foi assim. O ponto que fez a gente escolher esse livro **foi a ementa**. E era o que tinha todos os conteúdos **que a ementa estava pedindo** para a gente trabalhar (P4). (os grifos foram acrescentados)

Ementa aqui se refere ao programa a ser cumprido conforme diretrizes curriculares das Secretarias de Educação. O professor sente-se pressionado a cumprir o programa estabelecido e na ordem em que o mesmo é apresentado.

Ao professor P5 foi dirigida a seguinte pergunta que não constava no programa: “Então os professores discutem sobre qual, entre todos aqueles livros, é o melhor. O que deveria ser levado em conta para saber qual é o melhor?”.

A resposta dada foi a seguinte:

Justamente essa é a questão mais complicada. É onde dá mais aquele debate que a gente falou no início, por-

que alguns adotam alguns critérios diferentes dos outros. Eu, por exemplo, acho que o livro didático tem que estar em concordância com os conteúdos que a gente pretende trabalhar durante aquele ano. Acho que a questão de seqüência desse conteúdo não é tão importante porque o livro pode ser usado como referência e estar buscando esses conteúdos de acordo com o que você vai trabalhar, mas para alguns colegas não, eles gostam de um livro que tenha **uma seqüência já de acordo com o plano que ele pretende fazer**; é um debate grande (P5). (grifos acrescentados).

De forma geral, o critério mais utilizado para escolha do livro é a seqüência didática elaborada pelas Secretarias de Educação ou a ementa constante no Projeto Político Pedagógico da escola. Facilitar o trabalho do professor significa apresentar os conteúdos na seqüência constante na ementa.

6. Considerações Finais

Dos professores de matemática espera-se o cumprimento da tarefa de apresentar a disciplina de forma acabada, como se apresenta no livro didático. Para muitos, a finalidade do seu trabalho se resume ao cumprimento do programa.

Embora o discurso da atualidade defenda um professor autônomo, capaz de inovar em sua prática, o ambiente escolar oferece pouco estímulo para isso. Alguns fatores culturais ainda emperram as tentativas de um trabalho diferenciado. Esses fatores devem ser levados em conta pelas instituições incumbidas da formação desse profissional, devem motivar pesquisas e fazer parte de programas de concursos para docentes, inclusive para cursos de licenciatura.

Um fator cultural, que embora não esteja registrado na análise pôde ser percebido nas entrelinhas, foi a preocupação com os alunos que são transferidos de uma escola para outra em detrimento daqueles que são freqüentes, sem levar em conta os que são assíduos.

Outro fator consiste na expectativa sempre presente de que a família e a sociedade venham pedir prestação de contas, caso o programa não seja cumprido como está redigido. Essa é uma das forças que impulsiona o professor a pensar nele e o leva a escolher um livro cujo padrão de abordagem do conteúdo lhe seja familiar. O professor sente a necessidade de se apegar a um livro que seja direto, resumido, com muitos exercícios de fixação e cujo índice revele, sem metáforas, o conteúdo.

O outro fator se revela na falta de clareza, por parte do professor, escola e sociedade quanto aos objetivos do ensino da matemática no nível fundamental. Devido a isso, o professor se ressentido também da falta de orientação específica quanto ao que deve ser levado em consideração na hora da escolha. A sua formação básica é centrada em conteúdos matemáticos. O exemplo que se vivencia na universidade é de um ensino conduzido pelo tradicional método do discurso do professor, focalizando o cumprimento do programa como principal fator e o apelo freqüente às notas. É uma formação que não lhe confere autonomia intelectual para a interpretação do Guia de Livros Didáticos e outros programas educacionais.

Há, ainda, um quarto fator a considerar. Temos que levar em conta que fugir do padrão da sua formação, romper com os objetivos implícitos que nortearam toda a vivência acadêmica, negar a validade do saber profissional daqueles que foram seus professores e ainda se considerar professor de matemática, lhe é uma tarefa incompreensível e, por isso, não executável.

Dessa forma os fins da educação, de que falou Tardif, não estão claramente manifestos para o professor de matemática. Por essa razão, escolher o livro é uma tarefa árdua: desgastante para alguns e supérflua para outros.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Tana Giannasi; PIRES, Inara Martins. *Uma nova didática para o ensino de matemática: o método heurístico e a Reforma Francisco Campos*. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/tanagiannasialvarez.rtf>> Acesso: 10 set. 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. Educ. Pesqui. v. 30 n.3. São Paulo. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2008: Matemática*. Brasília: MEC, 2007.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. São Paulo: PUCSP, 2007. Tese (doutorado)
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes. 2004.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo pesquisa. *Teoria & Educação*, v. 2, 1990.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas: sexta investigação*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Col. Pensadores)

MOYSÉS, Lúcia Maria Moraes. *O cotidiano do livro didático na escola: as características do livro didático e os alunos*. Brasília: INEP, 1985. in: SILVA, Samuel Aureliano da. Em Aberto, Brasília, ano 6, n. 35, jul./set 1987.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. *O Guia de Livros Didáticos e sua (in) utilização no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul*. Disponível em <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/Scaff.html>> Acesso em: 29 mai 2008.

SOARES, Wander. *O livro didático e a educação*. 10/10/2002. Disponível em <<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/texto.asp?id=154>> Acesso: 13 mar 2008

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.